



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

2005
22/05
Nota Técnica

**IMPACTOS DO AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO,
CONFORME PROPOSTO NO PLV N° 22/2005, NAS
DESPESAS OBRIGATÓRIAS DA UNIÃO**

Wagner Primo
Figueiredo Júnior
Núcleo Trabalho,
Previdência e
Assistência Social

Agosto/2005

Endereço na Internet: <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal/>
e-mail: conof@camara.gov.br



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. METODOLOGIA	3
2.1 Impacto no Ano de 2005	3
2.2 Impacto no Ano de 2006	5
3. CONCLUSÕES	5

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citado a autor e a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu autor, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.



1. INTRODUÇÃO

Por solicitação do Deputado Carlito Merss procurou-se apurar os custos do aumento do Salário Mínimo decorrente da aprovação, no Senado Federal, do Projeto de Lei de Conversão Nº 22, de 2005 à Medida Provisória Nº 248, de 2005.

O Projeto de Lei de Conversão Nº 22, de 2005, ainda pendente de apreciação na Câmara dos Deputados, alterou substancialmente os termos da Medida Provisória:

- modifica o valor do salário mínimo vigente a partir de 1º de maio de 2005, de R\$ 300,00 para R\$ 384,29;
- determina que, a partir de 1º de maio de 2006, o salário mínimo será reajustado, a título de aumento real, em 39,09%.

2. METODOLOGIA

Foram utilizados para estimar os impactos dos aumentos do Salário Mínimo:

- no caso das receitas de contribuições previdenciárias e das despesas com Seguro Desemprego e Abono Salarial as informações contidas no Anexo de Riscos Fiscais ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2006;
- no caso das despesas com benefícios previdenciários e benefícios assistenciais as informações do Boletim Estatístico da Previdência Social dos meses de maio e junho.

2.1 Impacto no Ano de 2005

Como pode ser verificado na Tabela 1, em junho foram emitidos para pagamento cerca de 12,8 milhões de benefícios previdenciários e 2,7 milhões de benefícios assistenciais com valores iguais ou menores que o salário mínimo de R\$ 300,00; e concedidos, nos meses de maio e junho, 277 mil novos benefícios

previdenciários e 51 mil benefícios assistenciais com o valor de até R\$ 300,00. Com base nestes benefícios foi estimado o impacto do aumento do Salário Mínimo das despesas previdenciárias e assistenciais.

Tabela 1
Quantidade de Benefícios Emitidos e Concedidos com valor de até 1 SM

	Mês	Benefícios Previdenciários	Benefícios Assistenciais
Benefícios Emitidos (Estoque)	mai/05	12.807.220	2.677.833
	jun/05	12.838.829	2.694.533
	Média	12.823.025	2.686.183
Benefícios Concedidos (Novos)	mai/05	162.596	31.084
	jun/05	114.461	19.629
	Média	138.529	25.357
	Total	277.057	50.713

Fonte: BEPS

Se estes benefícios forem reajustados em R\$ 84,29, como determina o Projeto de Conversão, as despesas com pagamento de benefícios previdenciários serão aumentadas em R\$ 9,9 bilhões e as com benefícios assistenciais em R\$ 1,8 bilhão. Este reajuste representa aumento de 28,1% sobre o salário mínimo de R\$ 300,00, de tal forma que a receita previdenciária sofreria aumento de R\$ 1,4 bilhão e as despesas com Seguro Desemprego e Abono Salarial aumentariam em R\$ 2,3 bilhões, conforme informações do Anexo de Riscos Fiscais da PLDO de 2006. Sendo assim, em 2005, a aprovação deste reajuste resultaria em custos extras para a União no montante de R\$ 12,7 bilhões, sem a necessária previsão de recursos para custeio destas despesas.

Tabela 2
Impactos do Aumento do Salário Mínimo para 384,29 - em 2005

	Valores em R\$ mil
Previdência Social	8.564.112
- Receita*	1.351.610
- Benefícios Previdenciários	9.915.722
Benefícios Assistenciais	1.832.668
Seguro Desemprego e Abono Salarial**	2.326.680
Impacto Total	12.723.461

Obs.: *R\$ 48,1 milhões por cada ponto percentual de aumento do SM

** R\$ 82,2 milhões por cada ponto percentual de aumento do SM

Fonte: BEPS; Anexo de Metas Fiscais PLDO para 2006

2.2 Impacto no Ano de 2006

Para o cálculo do impacto no ano de 2006 devem ser levados em consideração tanto o aumento de R\$ 84,29, a ser concedido em 1º de maio de 2005, quanto a previsão de aumento real de 39,09% prevista para 1º de maio de 2006. Para determinação do valor do Salário Mínimo de 2006 foi considerada uma inflação, para o intervalo compreendido entre os dois reajustes, de 5% (cinco por cento), totalizando um valor de R\$ 561,23.

Considerando-se as mesmas hipóteses utilizadas para estimativa do impacto em 2005, verifica-se que os efeitos do reajuste do Salário Mínimo para R\$ 384,29, aumentariam as despesas do ano de 2006 em pelo menos R\$ 18,4 bilhões (vide Tabela 3). Já o reajuste previsto para o ano de 2006 aumentaria as despesas com benefícios previdenciários em R\$ 20,6 bilhões e em R\$ 3,9 bilhões com benefícios assistências, somando-se o impacto sobre as demais despesas e sobre as receitas previdenciárias, obtém-se impacto de R\$ 26,6 bilhões. Sendo assim os aumentos do Salário Mínimo previstos no Projeto de Lei de Conversão provocariam, no ano de 2006, impacto total de R\$ 45,0 bilhões.

Tabela 3
Impactos do Aumento do Salário Mínimo em 2006

	efeitos do aumento de 2005 (SM = 384,29)	efeitos do reajuste de 2006 (SM = R\$ 561,23)	Impacto Total	Valores em R\$ mil
Previdência Social	12.175.467	17.803.818	29.979.285	
- Receita*	2.027.415	2.836.938	4.864.353	
- Benefícios Previdenciários	14.202.882	20.640.756	34.843.638	
Benefícios Assistenciais	2.751.114	3.850.059	6.601.173	
Seguro Desemprego e Abono Salarial**	3.490.020	4.883.544	8.373.564	
Impacto Total	18.416.601	26.537.421	44.954.022	

Obs.: *R\$ 48,1 milhões por cada ponto percentual de aumento do SM

** R\$ 82,2 milhões por cada ponto percentual de aumento do SM

Fonte: BEPS; Anexo de Metas Fiscais PLDO para 2006

3. CONCLUSÕES

Os resultados encontrados apontam que o custo total da aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2005, nos anos de 2005 e 2006, pode ser estimado em cerca de R\$ 57,7 bilhões.

Em 2005 o impacto esperado é de R\$ 12,7 bilhões, o que corresponde a 0,63% do PIB.

Em 2006 o impacto esperado é de R\$ 45,0 bilhões, o que corresponde



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

a 2,03% do PIB.

A estimativa de aumento de 2,03% das despesas, em 2006, decorrentes da proposta de aumento do Salário Mínimo, inviabiliza a limitação dos gastos com despesas correntes em 17% do PIB, como proposto no Projeto de Lei da LDO/2006.

Para fazer frente aos aumentos dos gastos, em virtude de aumento do salário mínimo, será necessário aumentar a carga tributária para fazer frente a estes aumentos ou reduzir outras despesas, o que afetará inclusive a previsão de investimentos da União.

Brasília, 17 de agosto de 2005.

WAGNER PRIMO FIGUEIREDO JÚNIOR
Consultor de Orçamentos e Fiscalização Financeira

